Caderno de **Metodologia**

GUIA PARA TRABALHO DE CAMPO EM PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

FJP

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-governador

Paulo Eduardo Rocha Brant

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Luísa Cardoso Barreto

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Diretoria de Políticas Públicas

Carolina Proietti Imura

Coordenação de Editoração

Ana Paula da Silva

Deysiane Marques Franco

Assessoria de Comunicação Social

Tiago Alves Silva (assessor-chefe)

Bárbara Andrade Corrêa da Silva (projeto gráfico)

Marcos Paulo Guerra Pereira (diagramação)

Diretoria de Políticas Públicas

SISTEMATIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARA PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

CADERNO TRABALHO DE CAMPO EM PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

Belo Horizonte
2021

SISTEMATIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARA PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

Caderno Trabalho de campo em planos diretores municipais

Elaboração
Diretoria de Políticas Públicas
Coordenação de Planos Diretores e de Desenvolvimento
Autoria: Maria Izabel Marques do Valle
Paulo Frederico Hald Madsen
Leitura crítica: Carolina Proietti Imura

F981t Fundação João Pinheiro. Diretoria de Políticas Públicas
Trabalhos de campo em planos diretores municipais / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Políticas Públicas. – Belo Horizonte: FJP, 2021.

48 p. – (Sistematização de metodologias para planos diretores municipais, caderno 2)
Inclui bibliografia.

1. Plano Diretor. 2. Planejamento Urbano. I. Título. II. Valle, Maria Izabel Marques do. III. Madsen, Paulo Frederico Hald. III. Série.

CDU 711.16

SUMÁRIO

SISTEMATIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARA PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS ----------5
1. AS CIDADES E OS PLANOS DIRETORES ----------11
2. O TRABALHO DE CAMPO NOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS -13
3. COMO REALIZAR O TRABALHO DE CAMPO ----------14
4. RELATÓRIOS A SEREM PRODUZIDOS ----------30
REFERÊNCIAS ----------36
APÊNDICE A-MODELO PARA RELATÓRIO DE CAMPO MUNICIPAL --37
APÊNDICE B-MODELO PARA RELATÓRIO DE CAMPO URBANO -----38
APÊNDICE C-MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO ----------39

SISTEMATIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARA PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

A Fundação João Pinheiro (FJP), órgão oficial de pesquisa e ensino do governo de Minas Gerais, possui, entre suas competências, a realização de estudos técnico-científicos, pesquisas aplicadas e o assessoramento a instituições, órgãos e instâncias governamentais, inclusive municipais.

Dentre essas atribuições, os estudos urbanos sempre estiveram presentes, porém com abordagens e escalas que variaram ao longo do tempo, entre programas estaduais voltados ao desenvolvimento regional e programas de apoio aos municípios, sempre incluindo a participação da sociedade civil.

A partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, dois fatores convergem para a predominância dos projetos na escala municipal: a FJP recebe um grupo de profissionais vindos do Plambel [1], entre eles a equipe que atuava diretamente junto aos municípios metropolitanos, tanto nas questões urbanas e territoriais como no suporte à gestão municipal, atualmente pertencente à Diretoria de Políticas Públicas (DPP); e é aprovado o Estatuto da Cidade [2], que obriga os municípios com mais de 20.000 habitantes a elaborarem seus planos diretores como instrumento de planejamento e desenvolvimento municipais estabelecendo diretrizes específicas para isso. Às campanhas nacionais de incentivo à elaboração de planos diretores municipais se soma a experiência dos profissionais recém-chegados integrados à equipe da FJP, tornando possível o atendimento ao fluxo contínuo de demandas recebidas em função da tradição e da referência de atuação da instituição.

De forma resumida, o Estatuto da Cidade tem como ponto focal a garantia do direito à cidade para todas e todos, a partir do princípio da função social da propriedade, conjugado à sustentabilidade, à inclusão social e à gestão democrática.

---

[1] Órgão de planejamento metropolitano, criado em 1974 e extinto em 1996.

[2] Lei Federal 10.257/2001, que regulamentou os art. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que define em seu art. 182, § 1º, Capítulo II - Da Política Urbana: "O Plano Diretor...é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", ..."que tem como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes". ACS: ALINHAR TODAS AS NOTAS ABAIXO DA PRIMEIRA LETRA

Ao estabelecer o plano diretor como instrumento para a o planejamento municipal, transmite a ele esses marcos. Assim, para que o plano diretor cumpra seus objetivos e faça com que a propriedade e a cidade cumpram sua função social, ele deve definir macrozoneamentos nas áreas rurais – considerando usos existentes e potenciais, características de relevo, solo e cobertura vegetal, áreas de preservação ambiental, dentre outros; e zoneamentos nas áreas urbanas – considerando vetores de expansão urbana, níveis de adensamento e classificação de usos por zonas nas áreas ocupadas, a proteção do patrimônio ambiental e/ou cultural, a regularização de ocupações irregulares ou em áreas de risco, a implantação de habitação de interesse social, projetos especiais de qualificação de áreas centrais, projetos de mobilidade e acessibilidade, disponibilidade ou não de infraestrutura de saneamento básico, aplicação de instrumentos urbanísticos, dentre outros. Deve abordar as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico – considerando as principais atividades econômicas urbanas e rurais e sua capacidade de alavancagem do desenvolvimento municipal e geração de emprego e renda; e aquelas relacionadas ao desenvolvimento social, que trata da segurança pública e das políticas sociais e sua intersetorialidade, considerando recortes territoriais. E ainda buscar o aprimoramento da capacidade institucional da administração municipal, no que concerne à implementação, fiscalização e monitoramento das políticas locais propostas, assim como a sua compatibilização com os orçamentos municipais, sendo parte intrínseca dessa gestão a participação popular. Para a sua aplicação, deverá ser aprovado pela Câmara Municipal.

Foram muitos planos diretores desenvolvidos com essa metodologia consolidada a partir do Estatuto da Cidade e das publicações do então Ministério das Cidades [3], vários desses planos acompanhados da legislação urbanística que os instrumentaliza, aprovados nas Câmaras Municipais e referendados pela participação popular, exigência legal a partir do Estatuto da Cidade. Tanto as equipes técnicas dos municípios quanto os cidadãos que participam do processo de desenvolvimento coletivo desses planos diretores tornam-se aliados e parceiros, ombreando com a equipe da FJP no desenvolvimento dos trabalhos.

[3] Absorvido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em 2019.

Ao logo desses 20 anos, a equipe que, no início, se caracterizava como uma equipe-núcleo, voltada para as questões centrais dos planos diretores – a dimensão físico-territorial e a dimensão institucional – e contava com consultorias externas para o desenvolvimento das outras temáticas, passou a se ampliar, tornando-se multisetorial, incorporando pesquisadores de outros setores na própria diretoria e mesmo em outras diretorias, especialistas nas políticas sociais, na cultura, na segurança pública, no turismo e no desenvolvimento.

Nesse momento, o Estatuto da Cidade completa 20 anos, em meio à pandemia da Covid 19, suscitando reflexões sobre a sua aderência aos conflitos urbanos que permanecem, a despeito do seu caráter inovador como marco jurídico-urbanístico brasileiro, centrado na garantia do direito à cidade, tendo como espinha dorsal o princípio da função social da propriedade.

Autores que vêm se debruçando exaustivamente sobre o tema [4], avaliam avanços e retrocessos nessa trajetória.

Se, por um lado, o Estatuto da Cidade representou a positivação do direito à cidade, legitimando a luta pela reforma urbana e permitindo a entrada na arena política de atores antes excluídos, como os movimentos pró-moradia, e de agentes políticos coletivos, como o próprio Instituto Brasileiros de Direito Urbanístico (IBDU), por outro não tem conseguido reverter de fato os processos de urbanização excludentes, vulnerável à cooptação dos instrumentos urbanísticos nele contidos pelos interesses político-partidários e/ou econômico-financeiros, por vezes com manipulação da participação social. Se isso acontece pelas relações clientelistas e patrimonialistas arraigadas entre mercado/governo/sociedade, acontece também por interpretações equivocadas das áreas técnicas e de gestão. O resultado tem sido legislações elitistas, seletividade de investimentos, ampliação das desigualdades sócio espaciais – a cidade como negócio prevalecendo sobre a cidade como bem comum.

---

[4] Edésio Fernandes, Nelson Saule Jr., Betania Alfonsin e Fernanda Costa, em webinários do Ciclo de Reflexões: os 20 anos do Estatuto da Cidade, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU).

Apesar dessa avaliação, os mesmos autores concluem apontando que o Estatuto da Cidade permanece efetivo como arena de enfrentamento e solução de conflitos para repensar a cidade em face de novas realidades e alcançar a cidade inclusiva, mais justa e mais humana, equilibrando eficiência e equidade e sobrepondo direitos aos privilégios. Para tanto, o poder público deve ser fortalecido como mediador entre os diversos interesses; e a questão territorial enfatizada – uso e ocupação do solo, com ampliação da relação cidade-espaço público e incorporação das questões relativas a saúde pública, gênero, envelhecimento, segurança, tecnologia, mudança climática e sustentabilidade.

Nessa perspectiva, o plano diretor mantém como questão central fazer com que toda e qualquer propriedade cumpra sua função social na cidade e no território municipal, propiciando o acesso à terra urbanizada e regularizada a toda a população, reconhecendo o direito à moradia de forma ampla, incluindo o usufruto e o direito à cidade.

Não como um instrumento de controle do uso do solo e sim como um instrumento que induz o desenvolvimento sustentável das cidades e um crescimento urbano equilibrado, interagindo com as dinâmicas do mercado, mas sem se submeter a elas, incorporando de fato a participação social e contribuindo para reduzir as desigualdades e redistribuir riscos e benefícios da urbanização.

Atualmente, além dos fundamentos legais, o planejamento urbano vem se apoiando nas referências da Nova Agenda Urbana (NAU). Aprovada em outubro de 2016, durante a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), apresenta uma série de recomendações para orientar a urbanização sustentável nos 20 anos seguintes, em função do crescimento excessivo da urbanização e dos problemas surgidos como a mudança climática, a degradação ambiental e a desigualdade, estabelecendo formas de se alcançar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) [5].

---

[5] Definidos em 2015 pela Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, são 17 objetivos para orientar os governos na definição de politicas públicas pelos próximos 15 anos. Vieram suceder os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos em 2000, com 8 objetivos. Os ODS compõem a Agenda 2030, um compromisso assinado por líderes de 193 países que corresponde a um conjunto de metas amplas e interdependentes, cujo alcance – entre 2020 e 2030 – significa, de fato, um novo modelo global de desenvolvimento social e econômico, com uso sustentável dos recursos naturais.

Diante disso, mostra-se oportuno um processo de atualização e sistematização das metodologias que vêm sendo utilizadas, como medida de fortalecimento dos planos diretores, para o alcance dos objetivos a que se propõe, considerando o acirramento dos conflitos urbanos: combate à segregação socioterritorial, à fragmentação do espaço urbano, ao déficit habitacional; contenção da ocupação de áreas de risco e/ou de vulnerabilidade; mitigação dos impactos socioambientais; controle do adensamento urbano; promoção de espaços públicos de qualidade e acessíveis; associação entre planejamento urbano e mobilidade; proteção cultural e ambiental; inclusão social e segurança. Em suma, assegurar o direito de todas e todos à cidade.

A sistematização de metodologias proposta pela Diretoria de Políticas Públicas (DPP) da FJP tem como objetivos, em primeiro lugar, a sistematização das novas abordagens como referências para o aprimoramento das práticas, buscando coerência entre o que se coloca como diretriz na atualidade, o que se pretende no planejamento municipal e a sua forma de operacionalização. E, em segundo lugar, a recuperação e o registro dos modos de fazer e dos processos desenvolvidos, reconstruindo-os com a incorporação das novas abordagens, as quais oferecem alternativas complementares para a consecução dos resultados pretendidos.

Dessa forma, o projeto Sistematização de Metodologias para Planos Diretores Municipais é composto por um conjunto de cadernos que passam pelas temáticas relacionadas às diversas políticas tratadas nos planos diretores, tendo como panorama comum o marco legal do Estatuto da Cidade. Cada caderno é independente e completo em si, podendo ser lido individualmente ou combinado com outros, sem ordenamento específico.

Alguns desses cadernos se dedicam à sistematização das abordagens surgidas a partir das discussões internacionais sobre mitigação dos impactos negativos ao meio ambiente e à vida, as quais se constituem em marcos referenciais para o planejamento municipal, compreendendo:

a) Agenda 2030 e os ODS;

b) Nova Agenda Urbana e abordagens complementares;

c) cidades inteligentes;

d) eficiência energética e legislação urbanística

e) mudança climática.

Outros cadernos compreendem o tratamento de temáticas setoriais no âmbito dos planos diretores, incluindo entre eles um guia para trabalho de campo, etapa fundamental para as definições da política urbana e territorial:

a) trabalho de campo em planos diretores municipais;

b) desenvolvimento econômico;

c) turismo;

d) cultura;

e) políticas sociais e segurança pública;

f) participação social.

O projeto Sistematização de Metodologias para Planos Diretores Municipais é uma elaboração multidisciplinar da equipe que integra a Coordenadoria dos Planos de Diretores e de Desenvolvimento da DPP, com a participação das equipes das demais coordenadorias dessa diretoria e a colaboração de integrantes da Diretoria de Estatística e Informação (Direi).

Coordenação de Planos Diretores e de Desenvolvimento

1 AS CIDADES E OS PLANOS DIRETORES

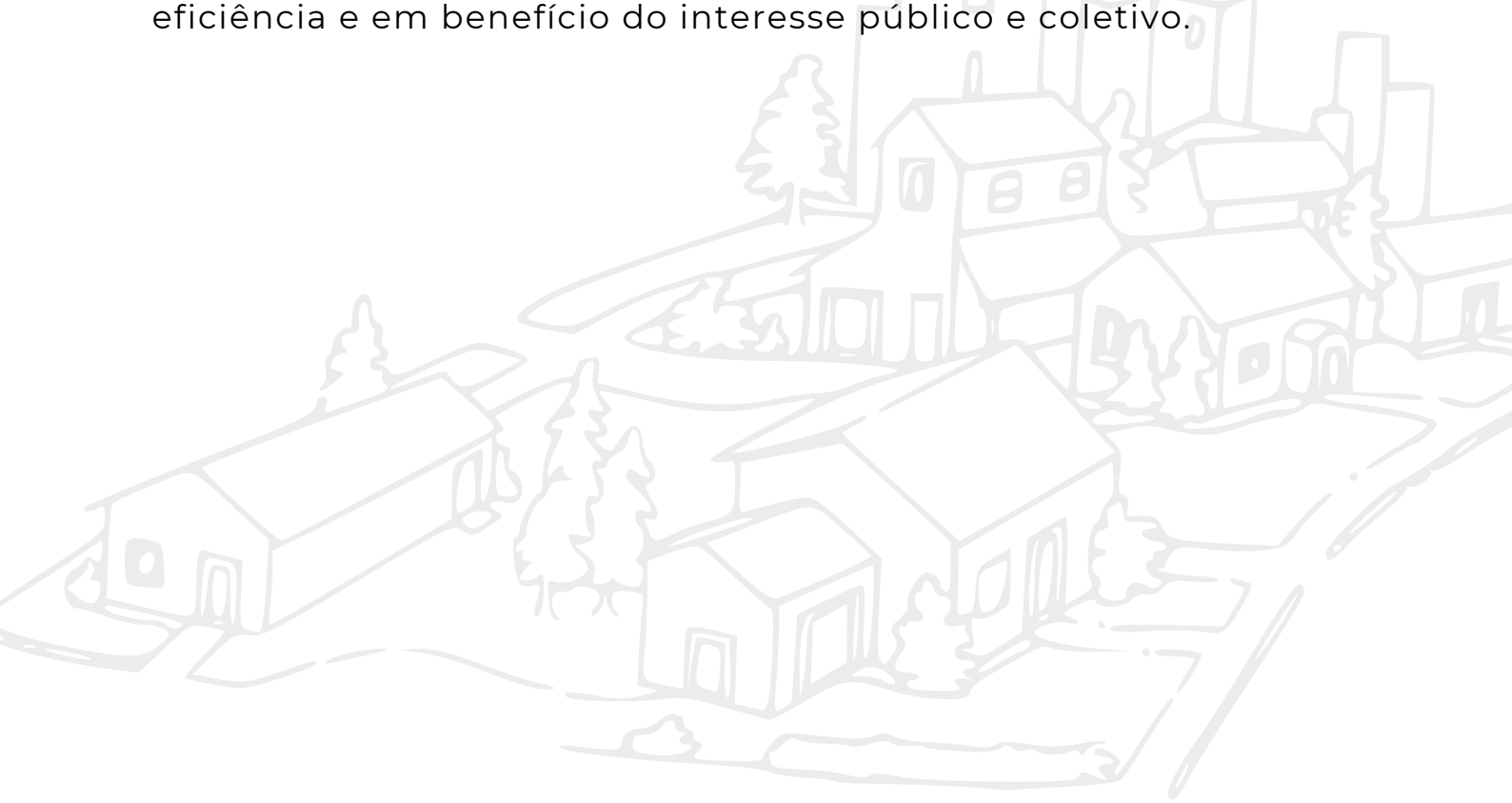
As cidades podem ser consideradas como pontos centrais do desenvolvimento municipal, lugar das oportunidades, mas também da exclusão.

Áreas centrais bem estruturadas, oferta de serviços e oportunidades de trabalho contrastam com periferias que concentram desigualdades socioterritoriais, infraestruturas e equipamentos públicos insuficientes, condições inadequadas de moradia, ocupação em áreas de risco, dificuldades de acesso aos locais de concentração de bens e serviços, ambas – áreas centrais e periferias – muitas vezes comprometendo o patrimônio cultural e ambiental.

São comuns os conflitos entre usos urbanos e usos rurais e especialmente intraurbanos – residências x atividades econômicas x preservação.

Daí a importância de se planejar as cidades e o desenvolvimento municipal.

Como orientação para o desenvolvimento municipal de forma sustentável e inclusiva, possibilitando a priorização de investimentos e a aplicação de recursos públicos com maior eficiência e em benefício do interesse público e coletivo.



Como planejar as cidades e o desenvolvimento municipal?

O instrumento que se consolidou para o planejamento municipal, desde a Constituição Federal de 1988 [6], é o Plano Diretor – uma lei aprovada pela Câmara Municipal que passa a regular o processo de crescimento e desenvolvimento do município, de modo a garantir a sua sustentabilidade, associando o crescimento econômico à preservação do patrimônio cultural, à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos – a cidade como direito de todas e de todos, segura e inclusiva.

O que vem a ser o Plano Diretor?

O Plano Diretor compreende um conjunto de diretrizes que contemplam todas as políticas públicas municipais – urbanas, territoriais, ambientais, sociais e econômicas, tendo como ponto central a questão urbana e territorial.

A sua construção é regulada pelo Estatuto da Cidade (EC) – Lei Federal 10.257 (BRASIL, 2001), que tem como princípio fundamental o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, ou seja, a utilização de cada propriedade deverá se dar segundo não apenas o interesse individual, mas, acima deste, o interesse coletivo, que vai estar expresso nesse conjunto de diretrizes e, em especial, nas diretrizes para a política urbana e territorial.

---

[6] Segundo a Constituição de 1988, que consagra a autonomia municipal com relação à política urbana, fica definido no Capítulo II - Da Política Urbana, em seu Art. 182, § 1º,: "O Plano Diretor [...] é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", tendo como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes." ACS: ALINHAR TODAS AS NOTAS DE RODAPÉ PELA 1ª LETRA DA PRIMEIRA LINHA

A participação na construção e na gestão do Plano Diretor

É importante que, no seu desenvolvimento, o trabalho técnico se associe à ação política, no sentido de envolver ampla negociação entre os diversos atores que interagem no espaço municipal – empreendedores, poder público e cidadãos. O interesse público e o bem-estar coletivo devem fundamentar sempre as negociações, buscando o equilíbrio entre interesses e direitos individuais e coletivos, por meio da articulação entre a administração pública, os agentes econômicos e a sociedade civil. A democratização das decisões é fundamental para transformar o planejamento da ação municipal em algo compartilhado, assegurando o comprometimento e a corresponsabilidade no processo de construção e implementação do Plano Diretor.

2 O TRABALHO DE CAMPO NOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

Planejamento urbano e territorial e Plano Diretor

Como ponto central do Plano Diretor, o planejamento urbano e territorial compreende o conjunto de diretrizes para a política urbana e territorial, as quais irão definir o papel de cada porção do território municipal, de modo que cumpra sua função social, visando a sustentabilidade e a garantia do direito à cidade.

Para isso, é fundamental o conhecimento da realidade local, tanto das áreas urbanas como das áreas rurais, de modo geral, mas especialmente nos aspectos do meio físico e das suas características quanto aos diferentes usos que ocorrem nesse território, assim como as formas de ocupação de cada um desses usos. Esse conhecimento é adquirido por meio de estudos e pesquisas e, de forma imprescindível, por meio dos trabalhos de reconhecimento de campo.

O papel do trabalho de campo

O reconhecimento de campo, ou trabalho de campo, tem o objetivo de levantar informações de forma direta sobre o território onde se pretende atuar, por meio de observações qualitativas que registrem as características predominantes dos diferentes lugares desse território, o que os diferencia entre si, e quais são as relações entre esses diferentes lugares, mantendo uma visão de conjunto. Dessa forma, possibilita a identificação das questões centrais que deverão orientar o planejamento e a gestão do território estudado.

Para essa observação qualitativa, consideram-se características predominantes aquelas presentes em 60% ou mais do lugar/região/território observado.

3 COMO REALIZAR O TRABALHO DE CAMPO

3.1.Orientações gerais

O trabalho de campo é realizado percorrendo estradas e vias urbanas, com veículo em baixa velocidade e, eventualmente, até a pé, tendo em mãos mapas impressos, caixas de lápis de cor e hidrocor e caderno ou formulário próprio para as anotações de campo.

É necessário obter, previamente, informações básicas sobre o território, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, e em bancos de dados públicos, inclusive espaciais. Dispor de bases cartográficas ou mapas, imagens aéreas e toda forma de representação espacial que estiver disponível. Ter disponível um localizador GPS.

As bases cartográficas ou mapas deverão ter o norte representado e estar em duas escalas:

a) escala municipal – mais geral, possibilitando uma visão de todo o território, que, no caso dos Planos Diretores, é o próprio município;

b) escala urbana – mais detalhada, possibilitando ver com a maior precisão possível o arruamento das áreas urbanas existentes.

É desejável que o território objeto de estudos seja considerado em seu entorno regional, seja geográfico, seja de instâncias regionais de gestão, cooperação ou associativismo. No caso dos Planos Diretores Municipais, é importante conhecer a Região Geográfica Imediata e a Região Geográfica Intermediária correspondentes, segundo delimitações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[7].

Para executar os trabalhos de campo, devem ser organizadas equipes de campo com dois ou três integrantes, em número suficiente para cobrir todo o território em um dado período de tempo. É recomendável que os integrantes da equipe de campo estejam devidamente identificados e munidos de uma carta de apresentação, que explique o projeto e os credencie para a participação no mesmo, caso seja necessário buscar informações com alguma pessoa ou entidade.

Todas as pessoas e entidades que contribuírem com informações deverão ter seus nomes registrados em relatórios de campo, assim como as informações fornecidas, tornando-se colaboradores dos trabalhos.

---

7 As Regiões Geográficas Imediatas correspondem às áreas que procuram centros urbanos próximos para satisfação de necessidades imediatas como emprego, saúde, educação, compras de bens de consumo e prestação de serviços públicos. Já as Regiões Geográficas Intermediárias organizam as Imediatas no território a partir de uma região que oferece serviços mais complexos como serviços médicos especializados ou grandes universidades. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10542-compreendendo-o-territorio-atraves-de-suas-articulacoes . Acesso em: 12 maio 2021.

Os registros de campo devem ser feitos de forma sistematizada e ilustrados com anotações em relatórios de campo, mapas, esboços, fotos, vídeos, sempre referenciados, nomeados e datados.

Os trabalhos de campo serão realizados em duas etapas não sequenciais, podendo ser simultâneas, apresentadas a seguir.

3.2. Etapa 1 – Escala municipal

O trabalho de campo na escala municipal é desenvolvido percorrendo-se as rodovias e estradas vicinais e demanda ter em mãos o mapa do munícipio com as informações preliminares lançadas, caderno ou formulário para as anotações de campo e um localizador GPS. Se possível, é conveniente ter, também, uma imagem do território municipal, para complementação de informações.

Informações preliminares a serem lançadas no mapa em escala municipal:

a) limites municipais e distritais;

b) localização da sede municipal e de distritos e povoados existentes;

c) hidrografia principal;

d) rodovias estaduais e federais que cortam o município;

e)localização das principais estradas vicinais;

f) mananciais;

g) locais de captação e tratamento para o abastecimento de água;

h) estações de tratamento de esgotos sanitários;

i) aterros sanitários e similares;

j) centrais de distribuição de energia elétrica;

k) equipamentos de referência como matadouros e similares;

l) unidades de conservação existentes segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), ver Lei Federal 9.985 (BRASIL, 2000).

A maior parte das informações é encontrada em bancos públicos. Algumas, o próprio município deve fornecer, como estradas vicinais e os diversos pontos de referência. As ocorrências verificadas, se já não constarem no mapa, deverão ter suas coordenadas de referência registradas por meio do GPS e anotadas no relatório de campo, com a descrição do evento verificado, para posterior conferência e mapeamento.

Aspectos a serem observados e registrados durante o trabalho de campo:

a) características de relevo – paisagem de planície, planalto, vales, serras;

b) ocorrência de afloramentos rochosos e de processos erosivos;

c) características da hidrografia principal e como ela se instala nos terrenos – largura dos canais; permanentes ou intermitentes; se forma meandros em planícies fluviais ou está encaixada em vales aprofundados;

d) presença de remanescentes de cobertura vegetal arbórea, arbustiva, herbácea (campo natural);

e) uso do solo – verificar se há a presença de:

-ocupação urbana irregular em áreas rurais;

-atividades relacionadas ao turismo como pousadas e chacreamentos;

-assentamentos rurais;

-quanto a pastagens e solos cultivados, verificar se há regiões onde predominam atividade produtiva intensiva/empresarial e se há regiões onde permanecem atividades de subsistência/agricultura familiar;

-regiões com atividade extrativa mineral, com sinais de degradação e poluição ou sinais de processos com proteção ambiental e controle de poluição;

-atividades industriais, de forma similar à atividade extrativa mineral;

-instalações para geração de energia, inclusive renovável

f) existência de atrativos turísticos – lançar no mapa, fotografar e descrever os atrativos;

g) existência de patrimônio cultural – lançar no mapa, fotografar e descrever;

h) condições das estradas vicinais quanto à permanência da trafegabilidade;

i) condições de deslocamento da população rural.

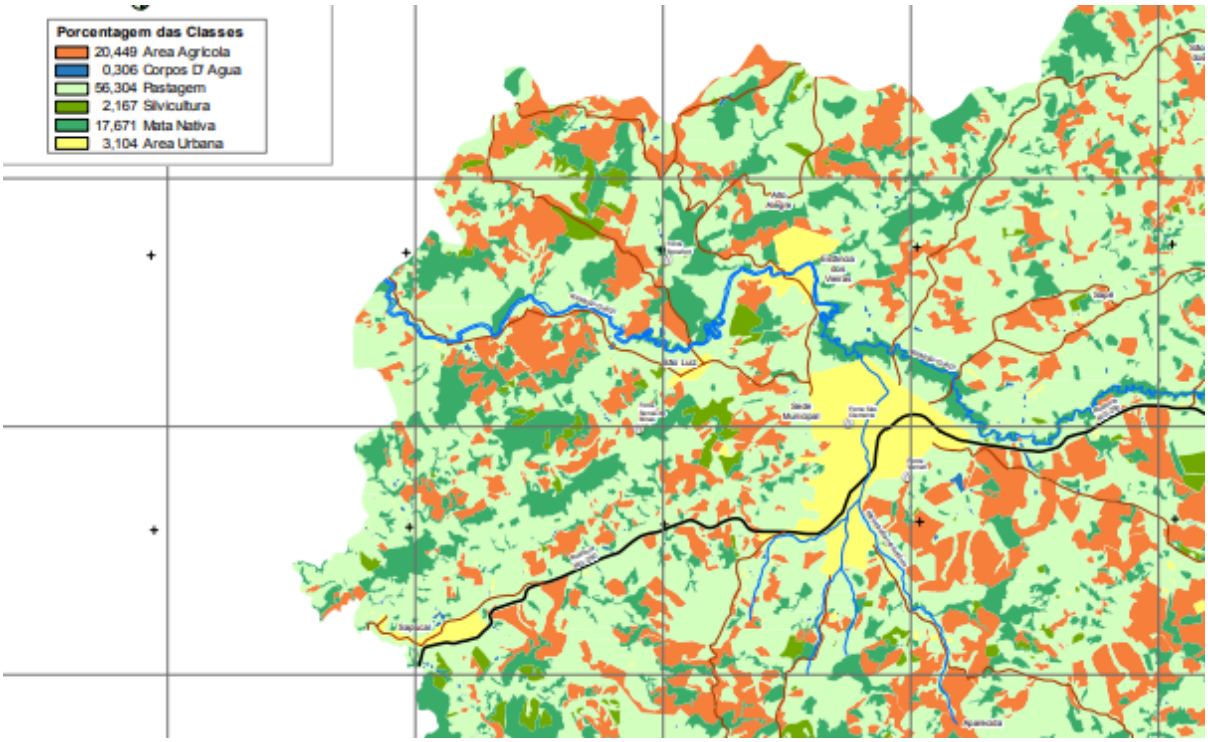
Mapeamento resultante

Os registros em mapa deverão ser diferenciados por cores, em linhas, manchas contínuas ou reticulados, com legenda previamente definida. Para essa legenda, considerar que a cor verde sempre representará vegetação e áreas de preservação e a cor azul representará recursos hídricos.

O mapeamento será acompanhado pelo relatório de campo, onde as anotações e descrições complementam os registros em mapa. Anotações podem também constar no próprio mapa, tendo o cuidado de manter a legibilidade. Registros fotográficos são uma contribuição importante.

O mapa resultante será o Mapa Municipal, subsídio para o macrozoneamento ou zoneamento do território municipal como um todo.

A Figura 1 mostra um exemplo de mapeamento na escala municipal.



Fonte: Mapeamentos de Planos Diretores elaborados pela FJP.

3.3. Etapa 2 – Escala urbana – sede municipal, distritos e povoados

O trabalho de campo na escala urbana é desenvolvido percorrendo-se as vias urbanas e demanda ter o mapa do arruamento urbano da sede municipal e dos distritos e povoados, com as informações preliminares lançadas, caderno ou formulário para as anotações de campo e um GPS. Se possível, uma imagem das áreas a serem trabalhadas, para complementação de informações.

O processo de trabalho será similar, tanto na sede municipal, como nos distritos e povoados. A diferença será a maior complexidade da sede municipal. O trabalho de campo nos distritos e povoados segue os mesmos princípios colocados para a sede municipal, adaptando-os ao porte dos núcleos urbanos.

Tomando a sede municipal como referência, o primeiro passo é entender e representar a estrutura principal do espaço urbano, por meio das informações preliminares e seu mapeamento – informações essas coletadas junto às equipes técnicas da prefeitura municipal /ou a partir do próprio conhecimento. A partir dessa estrutura, procura-se entender as diferentes porções que compõem as áreas urbanas.

Passo 1 – Conformação da estrutura urbana

O núcleo da estrutura urbana é conformado pela área central da cidade, onde se concentram bens, serviços e equipamentos. A partir desse núcleo, irradiam-se eixos viários que articulam as diversas regiões da cidade entre si, e estas com o núcleo central. Esses eixos comumente possuem um fluxo mais intenso de trânsito e estão associados a atividades de comércio e serviços que atendem às regiões lindeiras, podendo ser também suporte para linhas de transporte público. Pode haver outros núcleos, ou centros secundários, com concentração de comércio e serviços ou em torno de usos especializados como saúde, educação, cultura, esportes, lazer, religião, segurança, dentre outros. Essa é a trama principal em torno da qual se distribuem as diversas porções da cidade, na maioria tendo como uso predominante o residencial, em diversos formatos e padrões, e as áreas de usos especializados, sendo o exemplo mais marcante as áreas industriais.

Passo 2 – Conformação das diferentes porções das áreas urbanas

A partir dessa estrutura, faz-se o reconhecimento de cada porção da cidade, considerando suas características predominantes, em termos de uso e ocupação – área central, bairros, áreas de concentração de um mesmo uso, áreas especiais, dentre outros. Identificando essas porções, procura-se compreender como se relacionam ou não se relacionam e por quais motivos:

a) sistema viário;

b) hidrografia;

c) elevo;

d) cobertura vegetal;

e) deslocamentos da população para suas atividades cotidianas – morar, trabalhar, comprar, estudar, cuidar da saúde, lazer;

f) distância das áreas urbanas dotadas de infraestrutura;

g) outros motivos identificados.

A presença ou a ausência desses elementos podem ser fatores que propiciem a coesão urbana ou a sua fragmentação, nesse caso podendo resultar em “enclaves” com ocupações precárias ou áreas periféricas e/ou marginalizadas, deficientes em infraestrutura, serviços, equipamentos, transportes, oportunidades de trabalho.

Pontos de referência e ocorrências observadas que não constem do mapa (por exemplo, um novo loteamento, se o mapa não for atualizado) devem ter suas coordenadas de referência registradas e anotadas nos relatórios de campo, com a sua descrição, para posterior checagem e mapeamento.

Informações preliminares a serem lançadas no mapa em escala urbana:

a) demarcação da área central principal da cidade;

b) demarcação de outros núcleos de centralidades secundárias;

c) demarcação das principais vias que dão acesso à cidade;

d) demarcação das principais vias que articulam a cidade;

e) demarcação das vias secundárias que dão acesso às diferentes porções da cidade;

f) localização de equipamentos de referência como prefeitura, câmara de vereadores, igreja matriz, mercado municipal, parques urbanos, cemitério, presídio, estádio, hospitais, estabelecimentos de ensino e similares.

Aspectos a serem observados e registrados durante o trabalho de campo

Em função da complexidade das áreas urbanas, a sua observação de campo será dividida em sete abordagens:

a) abordagem 1 – Visão geral da área urbana;

b) abordagem 2 – Sistema viário, transportes e trânsito, espaços públicos, equipamentos urbanos;

c) abordagem 3 – Centralidades urbanas, principal e secundárias;

d) abordagem 4 – Áreas residenciais;

e) abordagem 5 – Áreas vulneráveis;

f) abordagem 6 – Áreas especializadas;

g) abordagem 7 – Áreas de expansão urbana.

Abordagem 1 – Visão geral da área urbana:

a) relevo – descrição da predominância de terrenos: planos, ondulados ou íngremes, nesse último caso, registrando no mapa o local;

b) existência de processos erosivos, terrenos escorregadios e áreas de alagamento;

c) existência de remanescentes expressivos de cobertura vegetal nas áreas urbanas;

d) existência de patrimônio cultural;

e) existência de atrativos turísticos.

Abordagem 2 – Sistema viário, transportes e trânsito, espaços públicos, equipamentos urbanos:

Essa abordagem é mais descritiva, complementar às informações preliminares coletadas na prefeitura e já incluídas nos mapas, no que se refere a sistema viário e transportes e trânsito. É também transversal às demais abordagens.

a) sistema viário em cada região (centralidades, áreas residenciais, outras) – descrição do traçado das vias (regulares ou sinuosas, acompanhando ou não curvas de nível); dimensões das vias (largas ou estreitas); presença ou não de faixas de estacionamento; tipo de pavimentação; características das calçadas (largas ou estreitas, tipo de pavimento, existência de obstáculos); arborização pública; iluminação pública; existência de conexão viária, de elementos de desarticulação (rodovias, cursos d'água, acidentes geográficos) e/ou de pontos de conflito;

b) transporte e trânsito em cada região (centralidades, áreas residenciais, outras) – descrição da intensidade dos fluxos (muito intensos, moderados, lentos); existência de pontos de retenções e riscos para pedestres; existência de linhas de transporte coletivo;

c)existência de espaços públicos para convivência, feiras, exposições, esportes e lazer (largos, praças e parques) em cada região (centralidades, áreas residenciais, outras);

d) existência de equipamentos urbanos em cada região cada região (centralidades, áreas residenciais, outras) – descrição sobre que regiões possuem ou não bancos, lixeiras, pontos de ônibus abrigados e similares; quanto à drenagem urbana, verificar a existência de bocas de lobo e poços de visita; aspecto geral quanto à limpeza pública.

Abordagem 3 – Centralidades urbanas, principal e secundárias:

a) formato do núcleo ou centralidade – compacto ou linear

b) predominância de usos – usos econômicos (comércio, serviços, indústrias), usos institucionais (governo, educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, segurança, terminais de transporte), usos mistos (quando não há predominância, os usos ocorrem mesclados com o uso residencial);

c) densidade de ocupação – baixa, média, alta;

d) padrão de ocupação – precário, médio, melhor;

e) tipologia de ocupação – horizontalizada (até dois pavimentos), verticalizada (informar a quantidade média de pavimentos)

f) alinhamento ou recuo frontal das edificações – existente (nesse caso, incorporado ou não às calçadas) ou não;

g) presença de comércio ambulante;

h) existência de imóveis vazios, fechados e/ou degradados;

i) existência de lotes vagos – nenhum, poucos ou muitos.

Abordagem 4 – Áreas residenciais:

a) uso residencial exclusivo ou não;

b) outros usos existentes – usos econômicos, usos institucionais;

c) porte dos outros usos existentes – pequeno, médio, grande;

d) densidade de ocupação – baixa, média, alta;

e) padrão de ocupação – precário, médio, melhor;

f) tipologia de ocupação – horizontalizada (até dois pavimentos), horizontalizada com algumas edificações verticais (localizar e informar quantidade de pavimentos), verticalizada (quantidade média de pavimentos, informar destaques);

g) alinhamento ou recuo frontal das edificações – existente ou não;

h) existência de imóveis vazios, fechados e/ou degradados;

i) existência de lotes vagos – nenhum, poucos ou muitos.

Abordagem 5 – Áreas vulneráveis

Identificação, localização e mapeamento das áreas de ocupação precária, vulneráveis e/ou de risco, que correspondem a ocupações irregulares/clandestinas, carentes em infraestrutura e serviços, desarticuladas das áreas urbanas formais, podendo ser centrais ou periféricas; em terrenos escorregadios (encostas íngremes), inundáveis (fundos de vale), em Áreas de Preservação Permanente (APP).

Abordagem 6 – Áreas especializadas:

a) existência de áreas especializadas para usos econômicos de grande porte – núcleos compactos ou lineares; descrição do estágio de ocupação (ocupado, semiocupado, em processo de ocupação, invadido, desocupado); descrição da tipologia de ocupação (tipo de construções);

b) existência, localização e mapeamento de áreas especializadas para outros usos – serviços de saúde, educação, cultura, esportes, lazer, religião, segurança, comércio e serviços especializados como os automotivos, entre outros.
As áreas especializadas podem corresponder a centralidades secundárias.

Abordagem 7 – Áreas de expansão urbana

Identificação, localização e mapeamento (se possível) dos processos de expansão urbana, indicando quais são as direções de crescimento e a forma em que se dá a expansão urbana:

a) loteamentos regulares (aprovados na prefeitura) – em implantação (abertura de vias), implantados e não ocupados, em processo de ocupação (início das construções);

b) loteamentos irregulares/clandestinos (não aprovados na prefeitura);

c) invasões (ocupações desordenadas).

Mapeamentos resultantes

Esse conjunto de informações constitui a base do zoneamento urbano. Todos os registros devem ser diferenciados por cores, em linhas, manchas contínuas ou reticulados, com legenda previamente definida. Da mesma forma, considerar que a cor verde sempre representará vegetação e áreas de preservação e a azul, recursos hídricos. Quanto às outras cores, considerar que tons mais fortes remetem a maiores intensidades, seja de usos ou formas de ocupação, e uma gradação para tons mais claros sugere uma gradação dessa intensidade entre níveis mais altos e níveis mais baixos.

Os mapeamentos serão acompanhados pelos relatórios de campo, onde as anotações e descrições complementam os registros em mapas. Anotações podem também constar nos próprios mapas, tendo o cuidado de manter a legibilidade. Registros fotográficos são uma contribuição importante.

Como são muitas as informações que necessitam estar representadas e a sua sobreposição em um único mapa dificultaria a leitura, elas serão distribuídas em três mapas temáticos, todos tendo como fundo o mapa com as informações preliminares lançadas:

a) Mapa Ambiental – compreende as abordagens 1 e 2, com registros do relevo; das ocorrências de afloramentos rochosos, processos erosivos, terrenos escorregadios e áreas de alagamento; dos remanescentes de cobertura vegetal; dos espaços públicos; do patrimônio cultural; e dos atrativos turísticos;

b) Mapa de Padrão Construtivo Predominante – compreende as abordagens 3 a 7, com foco no padrão construtivo predominante, que, a princípio, pode indicar o perfil socioeconômico das diferentes regiões;

c) Mapa de Uso Predominante – compreende as abordagens 3 a 7, com foco no uso predominante (residencial, econômico, institucional, misto), mas cruzando a informação do uso com (1) a da densidade predominante para cada tipo de uso e (2) com a tipologia de ocupação para cada tipo de uso – nesse aspecto, localizando as edificações verticalizadas existentes, se forem pontuais – passando pelas áreas vulneráveis e pelas áreas especializadas e incluindo os processos de expansão urbana.

Exemplos do cruzamento entre uso, densidade e tipologia de ocupação:

a) área residencial, com densidade alta e tipologia de ocupação horizontalizada – pode ser a caracterização de um bairro antigo;

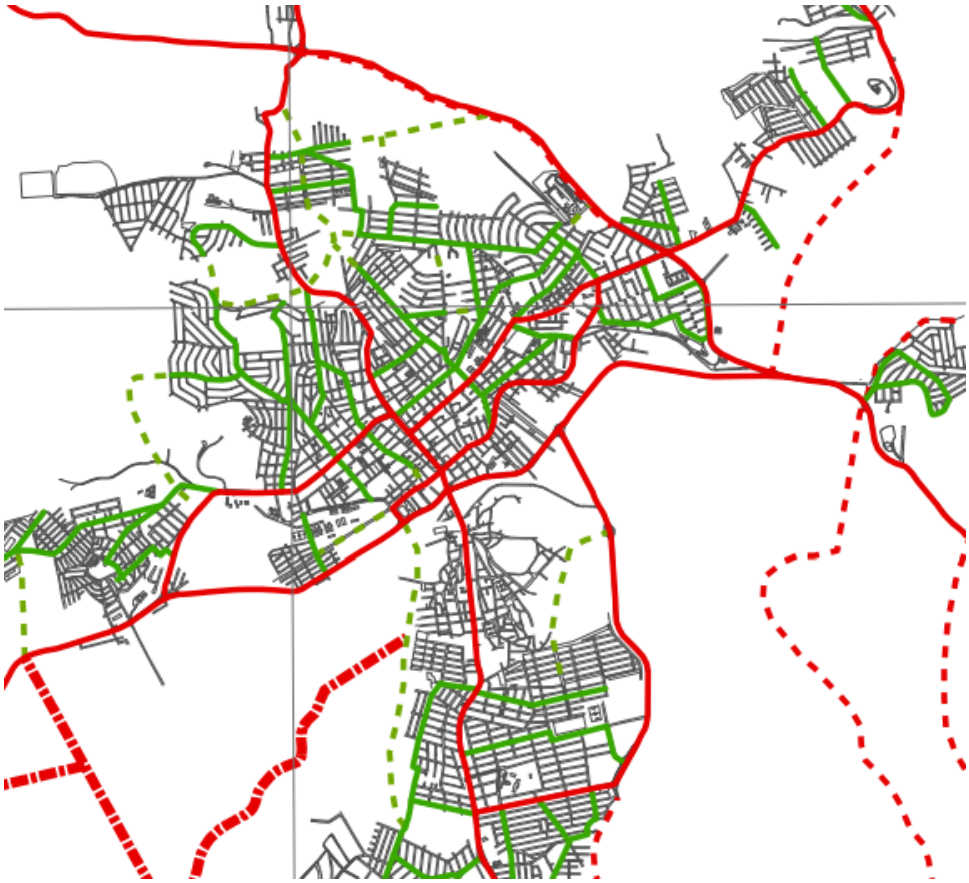
b) área residencial, com densidade média e tipologia horizontalizada – pode caracterizar a maior parte dos bairros residenciais;

c) área residencial, com densidade alta e tipologia verticalizada, em média seis pavimentos, por exemplo – pode caracterizar bairros específicos com processos de verticalização;

d) área de usos econômicos, de densidade alta e tipologia horizontalizada – pode caracterizar o uso ao longo de eixos viários;

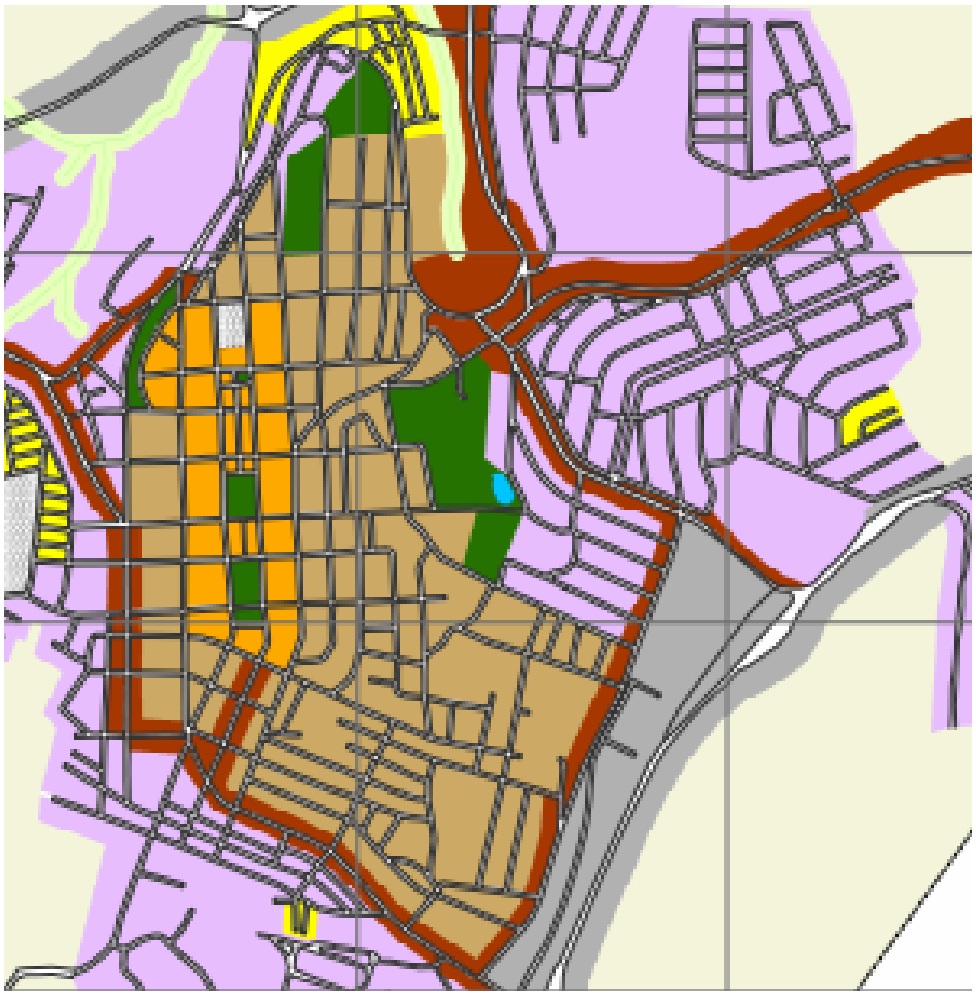
e) área mista (usos econômicos e residenciais), de densidade alta e tipologia verticalizada, em média dez pavimentos, por exemplo – pode caracterizar áreas centrais, com comércio e serviços no térreo e residencial nos demais pavimentos.

A Figura 2 mostra um exemplo de mapeamento do sistema viário



Fonte: Mapeamentos de Planos Diretores elaborados pela FJP.

A Figura 3 mostra um exemplo de mapeamento de usos urbanos



Fonte: Mapeamentos de Planos Diretores elaborados pela FJP.

O mapa expressa tanto a estrutura urbana quanto os usos predominantes:

- a cor laranja representa a área central da cidade, onde se concentram as atividades econômicas e as edificações com maior número de pavimentos;
- a cor ocre no seu entorno representa áreas mistas, com residências e comércio e edificações com até quatro pavimentos;
- a cor violeta representa áreas residenciais, com edificações de até dois pavimentos;
- a cor amarela representa áreas vulneráveis;
- a cor vermelha representa concentração de atividades comerciais e de serviços de amplo atendimento;
- a cor cinza representa áreas especializadas, no caso dedicadas à indústria;
- a cor verde representa praças e parques;
- a cor bege claro representa áreas de expansão.

3.4. Alguns significados adotados

Centralidades: áreas com concentração de comércio e serviços em geral, podendo incluir ou não usos industriais, institucionais, residenciais. Pode haver uma só ou uma principal e algumas secundárias. A centralidade pode ser especializada como uma vinculada à saúde ou à educação, por exemplo. Pode ser nucleada, desenvolvendo-se de forma aglutinada, ou linear, ao longo de uma via.

Diversidade de usos: atividades comerciais e de serviços, industriais, usos institucionais, usos residenciais, podendo haver a predominância de alguns ou de uso misto, isto é, sem predominância.

Uso institucional: aqui se considera uso institucional os usos públicos e privados relativos a: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, culto e órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, em todos os níveis de governo.

Padrão de ocupação: para a definição do padrão de ocupação, aqui se considera o tipo de material empregado na construção, o acabamento como pintura, tipo de cobertura, de esquadrias, adornos, jardins, e a conservação, nos níveis precário, médio ou melhor, sob o aspecto da observação qualitativa, sem julgamentos quanto à estética.

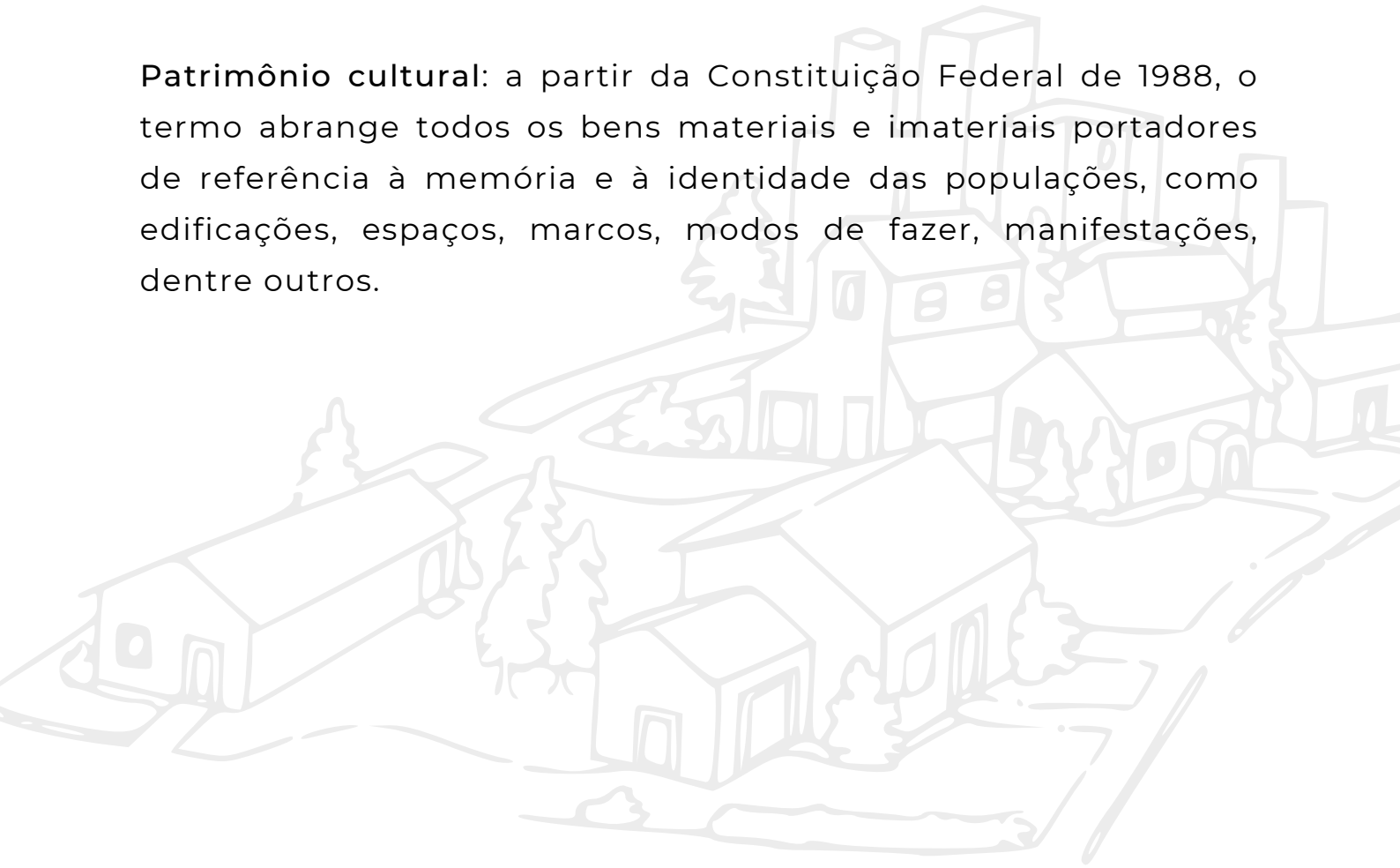
Densidade de ocupação: aqui se considera a forma de ocupação dos lotes – construções sem recuo, sem afastamentos, sem quintais, conformando lotes excessivamente ocupados ou não, sob o aspecto da observação qualitativa.

Verticalização: presença de edificações com maior número de pavimentos e quantidade dessas edificações – esparsas ou concentradas – considerando-se baixa verticalização até quatro pavimentos, média até 8 pavimentos e alta acima disso.

Áreas residenciais: bairros ou áreas predominantemente residenciais, unifamiliares (uma unidade residencial por lote) ou multifamiliares (várias unidades residenciais por lote ou conjunto de lotes, horizontais ou verticais), as quais terão a tipologia horizontalizada pela predominância de edificações unifamiliares de até dois ou três pavimentos e verticalizada de acordo com a definição anterior. Quanto ao porte de outros usos que possam acontecer, o pequeno porte se refere a usos econômicos (não residenciais) ou institucionais de atendimento local e cotidiano. O grande porte se refere a estabelecimentos de atendimento geral, sendo que o médio porte se localiza entre um e outro.

Predominância: presença em 60% ou mais do lugar/região/território observado.

Patrimônio cultural: a partir da Constituição Federal de 1988, o termo abrange todos os bens materiais e imateriais portadores de referência à memória e à identidade das populações, como edificações, espaços, marcos, modos de fazer, manifestações, dentre outros.



4 RELATÓRIOS A SEREM PRODUZIDOS

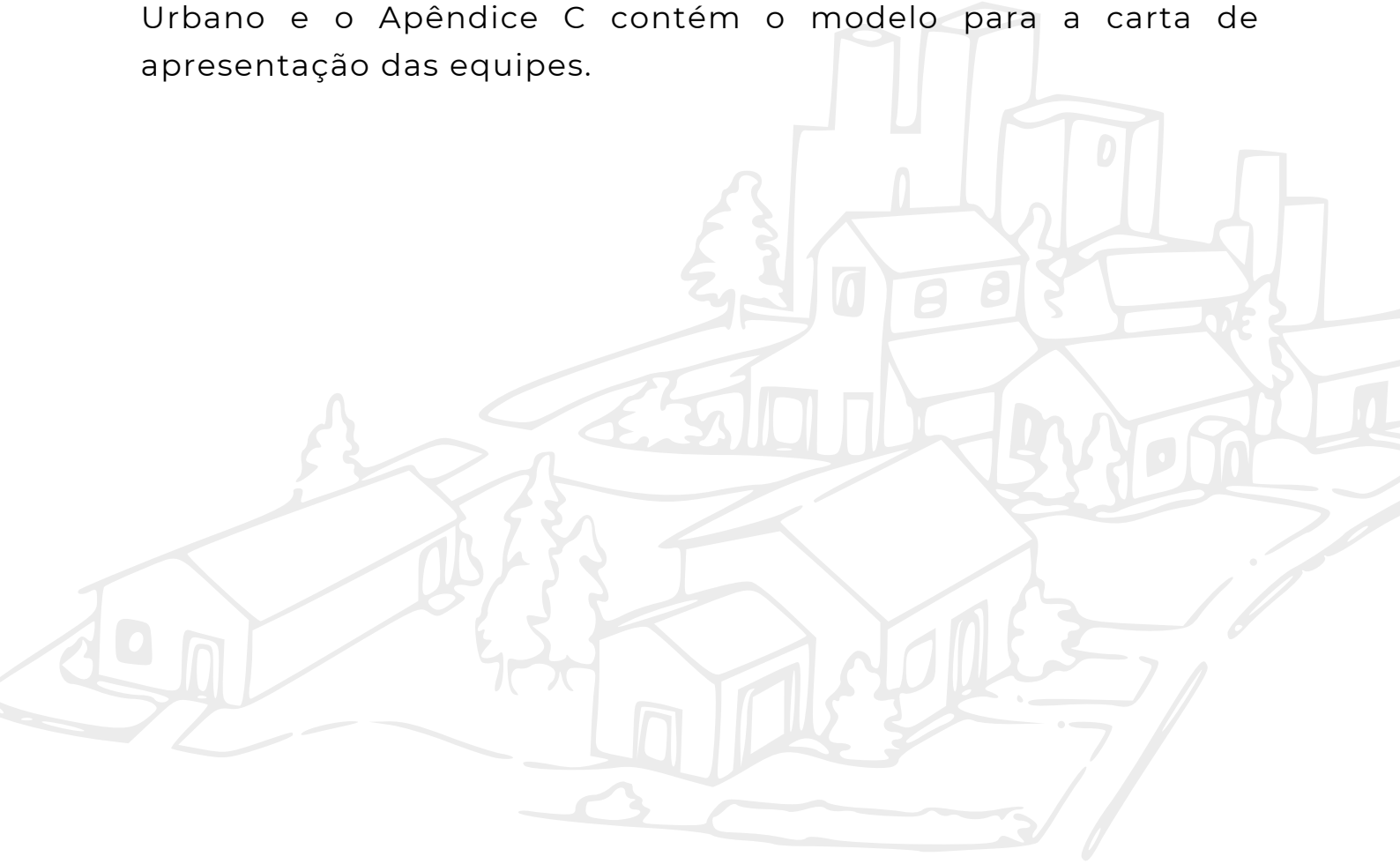
Os relatórios a serem produzidos compreendem:

a) Relatório de Campo Municipal, contendo os relatórios de campo e os mapeamentos na escala municipal;

b) Relatório de Campo Urbano, contendo os relatórios de campo e os mapeamentos na escala urbana.

Para que as anotações e registros de campo complementares aos mapeamentos permitam uma leitura organizada e clara, sugerem-se modelos próprios, a serem impressos em várias vias para utilização durante os trabalhos de campo, sendo o primeiro para a escala municipal e o segundo para a escala urbana. Esses modelos preenchidos, juntamente com os mapas coloridos, comporão os Relatórios de Campo citados acima.

Seguem exemplos de preenchimento desses modelos. Seus formatos em branco para impressão estão nos Apêndice A – Relatório de Campo Municipal, Apêndice B – Relatório de Campo Urbano e o Apêndice C contém o modelo para a carta de apresentação das equipes.



RELATÓRIO DE CAMPO MUNICIPAL
Escala municipal

Município:	**Localidade:**	**Data:**

Relevo

O município possui relevo..... no entorno da sede municipal. Ao norte, ..., ao sul, ..., a leste ....., a oeste ..... Destacam-se.....

Afloramentos rochosos, processos erosivos, terrenos escorregadios e áreas de alagamento

Os eventos se encontram localizados em mapa, com as coordenadas.....

Hidrografia principal

O principal curso d'água é....., e corre da forma.....

Remanescentes de cobertura vegetal

Os principais remanescentes da cobertura vegetal se localizam nas regiões de....., sendo possível verificá-los na imagem .....

Uso do solo

Ocupações urbanas irregulares, atividades turísticas, assentamentos, estão localizados no mapa com as coordenadas, respectivamente..... . Destacam-se as seguintes observações:.....

Pastagens e solos cultivados de forma intensiva se localizam nas regiões.... . Os voltados à agricultura familiar se localizam nas regiões de..... . Esses usos podem ser verificados na imagem.....

Atividades extrativas minerais, indústrias e de geração de energia estão localizadas no mapa com as coordenadas, respectivamente.....

Destacam-se as seguintes observações:.....

Atrativos turísticos

Os atrativos turísticos se encontram localizados em mapa, com as coordenadas.....

Possuem as seguintes características:.....

Patrimônio cultural

Os bens relacionados ao patrimônio cultural existentes se encontram localizados em mapa, com as coordenadas.....

Possuem as seguintes características:.....

Condições das estradas vicinais quanto à permanência da trafegabilidade

As principais estradas vicinais são..... ligando as regiões de..... . Para cada uma delas, as condições são

as seguintes:.....

Condições de deslocamento da população rural

Para cada região da área rural, as condições de deslocamento são as seguintes:.....

Outras observações

Inserir nomes e contribuições de pessoas e entidades procuradas para complementação de informações.

Anexo: Mapa Municipal e imagem

RELATÓRIO DE CAMPO URBANO
Escala urbana – sede municipal

Município:	**Sede Municipal** **Distrito de**	**Data:**

Visão geral da área urbana

Relevo

De modo geral, o relevo da área urbana é.... . Destacam-se na região de.... trechos.....

Processos erosivos, terrenos escorregadios e áreas de alagamento

Os eventos se encontram localizados em mapa, com as coordenadas..... . Destacam-se..... (comentários sobre aspectos relevantes).

Remanescentes expressivos de cobertura vegetal nas áreas urbanas

Os principais remanescentes da cobertura vegetal se localizam nas regiões de....., ao longo dos cursos d'água.... . Encontram-se mapeados. É possível verificá-los na imagem..... . Destacam-se..... (comentários sobre aspectos relevantes).

Patrimônio cultural

As edificações, espaços, marcos, outros..... que representam o patrimônio cultural, encontram-se mapeados. Destacam-se..... (comentários sobre aspectos relevantes).

Atrativos turísticos

Os atrativos turísticos se encontram localizados em mapa, com as coordenadas.....

Sistema viário principal

O sistema vário principal que estrutura a área urbana se desenvolve no sentido...., sendo seu eixo principal a via ....., que se articula com a rodovia ..... . Compreende as vias...., que articulam as regiões de .....

De modo geral, as condições são .... . Destacam-se..... (comentários sobre aspectos relevantes).

Centralidades urbanas, principal e secundárias

O **centro principal da área urbana** se conforma como um núcleo onde se concentram atividades diversas, de comércio e serviços e equipamento de atendimento a toda a população, havendo também o uso residencial, porém com predominância dos usos econômicos. Tem alta densidade de ocupação, em um padrão de médio a melhor e tipologia de ocupação verticalizada, com uma média de oito pavimentos. De modo geral, há recuo frontal das edificações, incorporado à calçada nos usos econômicos. São poucos os lotes vagos e imóveis fechados. Na via principal, percebe-se a presença de comercio ambulante.

Quanto ao sistema viário, ... (descrever segundo roteiro).

Quanto a transporte e trânsito, ... (descrever segundo roteiro).

Quanto a espaços públicos, ... (descrever segundo roteiro).

Quanto a equipamentos urbanos, ... (descrever segundo roteiro).

O **centro secundário 1**.....

E assim por diante.

Áreas residenciais

Descrever, segundo roteiro, cada bairro (já mapeado) ou conjunto de bairros (demarcar no mapa e identificar a região com um nome) que conformem uma região homogênea.

Quanto ao sistema viário,.... (descrever segundo roteiro).

Quanto a transporte e trânsito, ... (descrever segundo roteiro).

Quanto a espaços públicos, ... (descrever segundo roteiro).

Quanto a equipamentos urbanos, ... (descrever segundo roteiro).

E assim por diante.

Áreas vulneráveis

As áreas vulneráveis estão mapeadas, com suas características descritas a seguir:

Área 1, 2, 3..... – nomes..... – descrições segundo roteiro. Destacam-se..... (comentários sobre aspectos relevantes).

Áreas especializadas

Áreas de uso econômico de grande porte

As áreas de usos econômicos de grande porte estão mapeadas, com suas características descritas a seguir:

Área 1, 2, 3..... – nomes..... – descrições segundo roteiro. Destacam-se..... (comentários sobre aspectos relevantes).

Outras áreas de usos especializados

Cada uma dessas áreas está mapeada, com suas características descritas a seguir:

Área 1, 2, 3..... – nomes..... – descrições segundo roteiro. Destacam-se..... (comentários sobre aspectos relevantes).

Expansão urbana

Os processos de expansão urbana estão mapeados, com suas características descritas a seguir:

Vetor 1, 2, 3..... – nomes..... – descrições segundo roteiro. Destacam-se..... (comentários sobre aspectos relevantes).

Outras observações

Inserir nomes e contribuições de pessoas e entidades procuradas para complementação de informações.

Anexos, além da imagem: Mapa Ambiental
Mapa de Padrão Construtivo Predominante
Mapa de Uso Predominante

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da constituição federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei Federal n° 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camillo Penna. **Plano Diretor Participativo:** conceituação e referências para elaboração. Belo Horizonte: FJP, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. [**Planos diretores desenvolvidos entre 2000 e 2020**]. Belo Horizonte: FJP, 2000-2020.

APÊNDICE A – MODELO PARA RELATÓRIO DE CAMPO MUNICIPAL

RELATÓRIO DE CAMPO MUNICIPAL
Escala municipal

Município:	Localidade:	Data:

Relevo

Afloramentos rochosos, processos erosivos, terrenos escorregadios e áreas de alagamento

Hidrografia principal

Remanescentes de cobertura vegetal

Uso do solo

Atrativos turísticos

Patrimônio cultural

Condições das estradas vicinais quanto à permanência da trafegabilidade

Condições de deslocamento da população rural

Outras observações

Anexo: Mapa Municipal e imagem

APÊNDICE B – MODELO PARA RELATÓRIO DE CAMPO URBANO

RELATÓRIO DE CAMPO URBANO
Escala urbana – sede municipal

Município:	**Sede Municipal** **Distrito de**	**Data:**

Visão geral da área urbana

Relevo

Processos erosivos, terrenos escorregadios e áreas de alagamento

Remanescentes expressivos de cobertura vegetal nas áreas urbanas

Patrimônio cultural

Atrativos turísticos

Sistema viário principal

Centralidades urbanas, principal e secundárias

Áreas residenciais

Áreas vulneráveis

Áreas especializadas

Áreas de uso econômico de grande porte

Outras áreas de usos especializados

Expansão urbana

Outras observações

Anexos, além da imagem: **Mapa Ambiental**
Mapa de Padrão Construtivo Predominante
Mapa de Uso Predominante

APÊNDICE C – MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO

Aos colaboradores,

A Prefeitura Municipal está desenvolvendo (ou revendo) o seu Plano Diretor, sob a coordenação da Secretaria Municipal de ....., com o suporte da Fundação João Pinheiro, instituição pública do governo do estado de Minas Gerais. O objetivo dos trabalhos é a definição de alternativas de desenvolvimento sustentável e inclusivo para o município, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

A primeira etapa dos trabalhos compreende o reconhecimento de campo da realidade municipal, tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais. Para isso, foi selecionada e treinada uma equipe de suporte que está percorrendo todo o município e registrando todas as informações levantadas, inclusive com mapeamentos.

A equipe, devidamente identificada, é composta por:

.....
.....
.....
.....

Eventualmente, podem ser necessárias informações complementares à observação de campo. Nesse caso, integrantes da equipe buscarão essas informações com pessoas e entidades que sejam relevantes para a informação desejada.

Pedimos, portanto, a sua colaboração e desde já agradecemos a sua participação nos trabalhos.

Cordialmente,

Data
Responsável (representante formal da Prefeitura Municipal, coordenador dos trabalhos)